



Câmara dos Deputados

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE
(Do Sr. José Carlos Machado)**

Solicita informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito da administração da Secretaria de Patrimônio da União sobre imóveis situados em terrenos de marinha realizada pela.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exa seja encaminhado ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o seguinte pedido de informações:

Com o advento da nova ordem constitucional e o amadurecimento das nossas instituições democráticas, que têm garantido cada vez a participação da sociedade no acompanhamento e gestão do bem público, a implementação de políticas públicas eficazes e eficientes de governo seguida da devida prestação de contas torna-se requisito indispensável para consolidação e fortalecimento do próprio sistema democrático.

Essa crescente necessidade de transparência das ações públicas tem permeado todas as áreas de atuação dos entes públicos, em especial, as ações da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e suas diversas gerências regionais que têm adotado políticas de administração dos imóveis situados em terrenos de marinha em discordância dos anseios da sociedade e, muitas vezes, contrárias aos princípios constitucionais. Por isso, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

- a) Qual o número de imóveis cadastrados como de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;



Câmara dos Deputados

- b) Qual o número de imóveis inscritos sob regime de ocupação em terrenos de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- c) Qual o número de imóveis ocupados e não inscritos, situados em terrenos de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- d) Qual o número de imóveis aforados, situados em terrenos de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- e) Qual o valor total dos imóveis, situados em terrenos de marinha, excluído o valor das benfeitorias, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- f) Qual o valor total dos imóveis, situados em terrenos de marinha, incluído o valor das benfeitorias, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- g) Qual o valor das receitas patrimoniais geradas pela cobrança de taxa de ocupação dos residentes em imóveis situados em terrenos de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- h) Qual o valor das receitas patrimoniais geradas pela cobrança de foro dos residentes em imóveis situados em terrenos de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- i) Qual o valor das receitas patrimoniais geradas pela cobrança de laudêmio dos residentes em imóveis situados em terrenos de marinha, por município e Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- j) Qual a meta numérica estipulada por cada Gerência Regional da SPU para cadastramento de imóveis situados em terrenos de marinha, por



Câmara dos Deputados

município; nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;

- k) Qual a meta numérica alcançada por cada Gerência Regional da SPU no cadastramento de imóveis situados em terrenos de marinha, por município, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- l) Qual o valor gasto com pagamento de pessoal por cada Gerência Regional da SPU e pela própria SPU, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- m) Qual o valor gasto com pagamento de "outras atividades" excluído o valor gasto com pagamento de pessoal por cada Gerência Regional da SPU e pela própria SPU, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- n) Qual o número de convênios ou contratos celebrados na forma do art. 4º da Lei 9.636/1998 pela SPU / Gerência Regional, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- o) Qual o valor das receitas repassadas aos Estados como retribuição pelas obrigações assumidas em contratos ou convênios celebrados com a SPU, para executar a identificação, demarcação, cadastramento e fiscalização de áreas do patrimônio da União, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;
- p) Qual o valor das receitas repassadas aos municípios como retribuição pelas obrigações assumidas em contratos ou convênios celebrados com a SPU, para executar a identificação, demarcação, cadastramento e fiscalização de áreas do patrimônio da União, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006;



Câmara dos Deputados

- q) Qual o valor das receitas repassadas à iniciativa privada como retribuição pelas obrigações assumidas em contratos ou convênios celebrados com a SPU, para executar a identificação, demarcação, cadastramento e fiscalização de áreas do patrimônio da União, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Sala das Sessões, em

Deputado **José Carlos Machado**



Câmara dos Deputados

[illegible]



Câmara dos Deputados



Câmara dos Deputados

Tabela por ano (a partir de 1998)

SPU	GR/UF	Nº de convênios ou contratos celebrados na forma do art. 4º da Lei 9.636/1998	Valor das receitas repassadas aos respectivos "parceiros" como retribuição pelas obrigações assumidas (R\$)		
			Estados	Municípios	Iniciativa Privada